

AS AULAS AVULSAS DE LATIM NA COMARCA DAS ALAGOAS: DOS CONVENTOS FRANCISCANOS A UMA EDUCAÇÃO NÃO DIRIGIDA POR RELIGIOSOS

Ivanildo Gomes dos Santos

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

ivanildo.santos@cedu.ufal.br

RESUMO

O investimento deste estudo é revelar os primeiros focos de irradiação da cultura letrada nas Alagoas, a partir das aulas de Gramática Latina. As primeiras notícias de uma educação institucionalizada nas terras alagoanas apareceram no início século XVIII e davam conta das aulas de Latim. A pesquisa consistiu na localização dos primeiros mestres, dos saberes e manuais adotados, dos objetivos morais do ensino do Latim, dos embates dos professores não religiosos com a moral católica, das relações político-sociais, interesses e poder nas aulas de Gramática Latina. Estas funcionavam inicialmente nos conventos franciscanos de Santa Maria Madalena, na Vila das Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro), e Nossa Senhora dos Anjos, na Vila do Penedo, ambos erguidos no século XVII. Dentre os religiosos que ministravam aulas de Latim estavam frei Nicolau do Paraíso, que lecionou de 1718 a 1726 e frei Manoel de Jesus Maria, mantendo aulas de 1755 a 1758. Apenas no final do século XVIII e início do século XIX essas aulas passaram a ser dirigidas por professores não religiosos. As cadeiras seculares foram criadas a pedido das câmaras e eram frequentadas pelos moradores das vilas que não tinham recursos para enviar seus filhos até Recife, nem podiam pagar mestres particulares ou mesmo enviá-los a Portugal. No embate entre professores e a Igreja, João Mendes Sanches Salgueiro, primeiro professor público de Latim da sede da Comarca das Alagoas, foi acusado pela Santa Inquisição por supostamente fazer proposições heréticas, pois “mostrava desprezo das imagens de Nossa Senhora, dizia que não havia Inferno e fazia zombaria da religião”. Outro que se envolveu em contendas foi o professor José Fernandes Gama que entrou em querela com o Bispo de Olinda e Diretor Geral de Estudos, D. José da Cunha Azeredo Coutinho, acusando desvio do Subsídio Literário por parte do prelado. Para discussão das categorias de análise utilizou-se os aportes teórico-metodológicos de Chervel (1990; 1992), Pinheiro (2002), Arriada (2007), Fonseca (2009) e Ferronato (2012), buscou-se discutir valores, crenças, costumes e normas dos diferentes grupos sociais e indivíduos. Como parte dos resultados preliminares podemos evidenciar que as ideias de civilidade, ordem e sociabilidades eram extremamente difundidas e davam o tom pedagógico da cadeira, sendo que a formação moral dos alunos dependia não apenas dos saberes contidos nos manuais, mas sobretudo, do bom exemplo que o professor deveria propagar.

Palavras-chave: Gramática Latina. Aulas Avulsas. Conventos Franciscanos. Alagoas.

Introdução

O investimento deste estudo é revelar os primeiros focos de irradiação da cultura letrada nas Alagoas, a partir das aulas de Gramática Latina. As primeiras notícias de uma educação institucionalizada nas terras alagoanas apareceram no início século XVIII e davam conta das aulas de Latim.

A pesquisa consistiu na localização dos primeiros mestres, dos saberes e manuais adotados, dos objetivos morais do ensino do Latim, dos embates dos professores não religiosos com a moral católica, das relações político-sociais, interesses e poder nas aulas de Gramática Latina. Estas funcionavam inicialmente nos conventos franciscanos de Santa Maria Madalena, na Vila das Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro), e Nossa Senhora dos Anjos, na Vila do Penedo, ambos erguidos no século XVII. Dentre os religiosos que ministravam aulas de Latim estavam frei Nicolau do Paraíso, que lecionou de 1718 a 1726 e frei Manoel de Jesus Maria, mantendo aulas de 1755 a 1758.

Apenas no final do século XVIII e início do século XIX essas aulas passaram a ser dirigidas por professores não religiosos. As cadeiras seculares foram criadas a pedido das câmaras e eram frequentadas pelos moradores das vilas que não tinham recursos para enviar seus filhos até Recife, nem podiam pagar mestres particulares ou mesmo enviá-los a Portugal. No embate entre professores e a Igreja, João Mendes Sanches Salgueiro, primeiro professor público de Latim da sede da Comarca das Alagoas, foi acusado pela Santa Inquisição por supostamente fazer proposições heréticas, pois “mostrava desprezo das imagens de Nossa Senhora, dizia que não havia Inferno e fazia zombaria da religião”. Outro que se envolveu em contendas foi o professor José Fernandes Gama que entrou em querela com o Bispo de Olinda e Diretor Geral de Estudos, D. José da Cunha Azeredo Coutinho, acusando desvio do Subsídio Literário por parte do prelado.

Para discussão das categorias de análise utilizou-se os aportes teórico-metodológicos de Chervel e Compère (1999), Elias (2006), Fonseca (2009) e Arriada, Nogueira e Vahl (2012), buscou-se discutir valores, crenças, costumes e normas dos diferentes grupos sociais e indivíduos. Como parte dos resultados preliminares podemos evidenciar que as ideias de civilidade, ordem e sociabilidades eram extremamente difundidas e davam o tom pedagógico da cadeira, sendo que a formação moral dos alunos dependia não apenas dos saberes contidos nos manuais, mas sobretudo, do bom exemplo que o professor deveria propagar.

Notas sobre a Gramática Latina nos Conventos Franciscanos

Comumente, as histórias das Alagoas, principalmente aquelas que reportam ao seu desenvolvimento histórico, são unânimes em apontar a região como da civilização da monocultura da cana-de-açúcar, marcada pela tríade: latifúndio, escravidão e patriarcalismo. Foi no “derredor” do açúcar que se desenvolveu a vida sociocultural, política, histórica e religiosa de Alagoas. O povoamento da Comarca deu-se a partir de três principais núcleos de povoamento: um ao norte, Porto Calvo, um ao centro, Madalena e outro ao sul, Penedo. Outro núcleo importante surgiu com a criação de Atalaia, após a destruição do Quilombo dos Palmares, no final do século XVII.

Levada a cabo pela união Igreja-Estado a cultura letrada nas Alagoas acompanhou o desenvolvimento das regiões de grande relevância na Comarca, seja do ponto de vista econômico, administrativo, religioso e populacional. Nesse sentido, os primeiros focos das aulas de Gramática Latina deram-se nas vilas de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (também chamada de Cidade das Alagoas) de Penedo.

Como em outras partes do país, o movimento missionário católico foi parte importante e integrou o processo de colonização da região. Aos religiosos, a partir de uma pedagogia catequética, cabia a educação dos indígenas. Estes tinham como principal função “amansar” os nativos, convertendo-os à fé católica e abrindo espaço para os conquistadores ávidos por lucros e riquezas. Conforme Queiroz (2015, p. 36), a cristianização indígena baseava-se em três pilares, quais sejam:

[...] doutrinação, moralização e sacramentalização. Primeiramente os indígenas eram obrigados a aprender de cor as palavras da doutrina cristã (credo) e as orações, mesmo sem entenderem muito bem o que diziam; era a doutrinação. Em segundo lugar, aprendiam a não cometer os atos que eram considerados pecados pelos cristãos daquela época, ou seja, deviam andar vestidos, respeitar a organização familiar monogâmica, a propriedade privada e a trabalharem como os colonos – ou para os colonos. Era a moralização. Finalmente, deviam ser preparados para receber os Sacramentos da Igreja, sobretudo o Batismo e o Matrimônio; era a sacramentalização.

Nesse período de colonização várias congregações estabeleceram atividades missionárias na região, a exemplo dos franciscanos na região de Porto Calvo, mais especificamente em Porto de Pedras, no litoral norte das Alagoas e no Pilar (ao centro das Alagoas), às margens do rio Paraíba; e dos carmelitas nas terras do atual município de Matriz do Camaragibe (QUEIROZ, 2015).

No que diz respeito à escolarização, as primeiras notícias dão conta da instalação de uma escola jesuítica, em meados do século XVII, na fazenda Urubumirim (atual Porto Real do Colégio). Na escola, “[...] havia o ensinamento misturado à catequese, ensino que ia das primeiras letras até a recitação da jaculatória e à redação de bilhetes [...]” (DUARTE, 1961, p. 28). Cabe ressaltar que, apesar da tradição do topônimo Colégio, que inclusive dá nome à cidade, na Residência Jesuítica de Urubumirim, era ministrado apenas o ensino primário. Dentre os padres jesuítas que atuaram nas terras alagoanas no período, está o Pe. Manuel Nunes, dedicado à catequese e ao ensino primário, sendo chamado “[...] mestre de meninos ou ‘ludi magister’ [...]” (QUEIROZ, 2015, p. 46).

Verçosa (2006) adverte quanto ao desleixo dos inacianos no tocante à educação na região. Conforme o autor, a preocupação deles era manter uma fazenda de gado no semiárido alagoano. Vale lembrar que se iniciava na região sanfranciscana das Alagoas o movimento curraleiro, com grandes latifúndios de exploração econômica da pecuária leiteira e de corte. Por não terem dado tanta atenção ao ensino, a expulsão da Companhia de Jesus por Pombal, em 1759, não teve grande repercussão na região sul de Pernambuco.

Os primeiros focos de irradiação da cultura letrada em nível secundário deram-se quando da fundação dos conventos franciscanos de Santa Maria Madalena, na Vila das Alagoas, e Nossa Senhora dos Anjos, na Vila do Penedo, ambos erguidos no século XVII. As notícias de uma educação institucionalizada oferecida pelos frades de São Francisco nas Alagoas apareceram no início século XVIII e deram conta das aulas de Gramática Latina nos dois conventos. Essas cadeiras foram criadas a pedido das câmaras e funcionavam fora da portaria dos Conventos, para não atrapalhar a disciplina regular, sendo frequentadas pelos moradores das vilas que não tinham recursos para enviar seus filhos até Pernambuco, nem podiam pagar mestres particulares (SANTOS, 2007).

Pouco se sabe a respeito dos saberes que eram ensinados nestas aulas. Conforme Santos (2007), os primeiros mestres de Gramática Latina no convento de Penedo foram frei Nicolau do Paraíso, que lecionou de 1718 a 1726; e frei Manoel de Jesus Maria, mantendo aulas de 1755 a 1758. A respeito da frequência à aula de Latim no Convento do Penedo, Carotá (1873, p. 36) afirma que:

[...] desta aula conta-se o seguinte fato, asseverado pelos velhos da terra: um cego muito inteligente chamado José Joaquim acompanhava o irmão que era estudante e colocava-se na porta da sala de aula, de onde podia escutar tudo o que se dizia, com tanto proveito escutou durante alguns anos que veio afinal a saber latim. O irmão a que o cego acompanhava professor na Ordem Franciscana, e foi frei José de S. Vicente Ferrer.

A aula de Penedo era mantida pela caridade civil e por recursos provenientes do erário público. Com este fim “[...] o Rei ajudava, a título de retribuição, com esmolas para a enfermaria do Convento” (JABOATÃO, 1980, 339). Os registros encontrados indicam que essa prática era menos comum na cadeira do Convento de Madalena, na Vila das Alagoas. Em 1760, a Câmara das Alagoas recebeu uma carta do Governador de Pernambuco solicitando informações a respeito da manutenção das aulas:

Logo que Vm.ces receberem esta carta me informem se esta Câmara assiste com alguma ordinaria anual aos Padres de Santo Antonio da Provincia do Brasil em atenção aos estudos de gramatica que dao em seu convento aos estudantes desta vila, acompanhando-as da provisão ou ordem que tiverem para a referida ordinária que se remeterem e de uma relação por onde se verifiquem o numero dos estudantes que seguem os ditos estudos, nome e de quem são filhos, o que Vossas Mercês executaram sem demora (CARTA DO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO, 1760, p. 35-36 Apud SANTOS, 2007).

A resposta à carta informa que não havia recursos para a aula na Vila das Alagoas e que existia uma aula particular de Latim ofertada pelo professor Athanasio Rodrigues de Castro. Por esse motivo, Santos (2007) assegura que não tenha havido prática escolar até pelo menos 1760, ainda que não possam ser ignoradas as experiências letradas vividas no interior daquela instituição religiosa. Do convento da Vila das Alagoas, destaca-se frei João de Santa Ângela Alagoas (1709-1756), professor, poeta, escritor e orador sacro, que publicou em Lisboa, no ano de 1755, a *Oração panegírico-fúnebre na morte do fidelíssimo e augustíssimo Rei D. João V* (QUEIROS, 2015).

Assim, é possível atestar que até meados do século XVIII não houve um impulso de grande monta no âmbito educacional na Comarca das Alagoas. A cultura intelectual, portanto, era produzida nos dois conventos franciscanos de Santa Maria Madalena, na Vila das Alagoas, e Nossa Senhora dos Anjos, na Vila do Penedo. Alguma iniciativa de instrução secundária não dirigida por religiosos foi feita na segunda metade do Dezoito, como demonstrarei na próxima seção.

De uma educação dirigida por não religiosos

Ao iniciar esta seção, destaco que as “primeiras notas” fazem referência a duas questões: primeiro, indica a ideia de início, de uma gênese da educação pública ou não dirigida por religiosos nas Alagoas; segundo, a do ineditismo de algumas fontes ou que nunca foram analisadas no âmbito da historiografia da educação alagoana. Via de regra, as

pesquisas e os trabalhos produzidos sobre a história da educação nas Alagoas partem das afirmações de Costa (1931) e Verçosa (2006). Ambos afirmam que as primeiras aulas públicas nas Alagoas surgiram no final do século XVIII e início do século XIX, bem como que, até então, somente havia existido uma cadeira de Gramática Latina, na Vila Alagoas, provida em 1798 e mantida pelo Seminário de Olinda, além de duas cadeiras de primeiras letras, uma na sede da comarca (1799) e outra em Santa Luzia do Norte (1800)¹.

Conforme ficou evidenciado na seção anterior, até a metade do século XVIII, não foram encontradas notícias a respeito de uma educação não dirigida por religiosos em Alagoas. Algum apontamento a respeito de uma educação pública na Comarca somente foi encontrado na segunda metade do Dezoito. Essas poucas notas evidenciaram o pagamento do Subsídio Literário² feito pelas quatro Câmaras Municipais das Alagoas (Vila das Alagoas, Vila de Porto Calvo, Vila do Penedo e Vila de Atalaia) no período de 1774 a 1777.

Segundo atestou Silva (2007), os mapas das cifras desse imposto demonstram com detalhes a arrecadação pelas quatro Câmaras Municipais das Alagoas, entretanto, as despesas foram designadas de forma genérica, o que não possibilita a afirmação de que foram “[...] ou não gastos com educação e muito menos se havia ou não escolas e professores nas localidades listadas [...]” (p. 94). O mapa de 1777 informa que as quatro câmaras municipais da Comarca das Alagoas contabilizaram 1.391 reses³ e 1.390 canadas (2.780 litros) de aguardente para fins de pagamento do referido Subsídio e teve uma despesa de 401 réis.

Nesse sentido, ainda que a fonte não deixe evidente que a despesa de 401 réis tenha sido com a instrução, nem tampouco indique qual ou quais professores receberam essas quantias, o mencionado gasto nos permite supor a possibilidade da existência de aulas públicas na Comarca desde os idos de 1774, pelo menos. As dúvidas permanecem. Todavia, é preciso aqui fazer o exercício de compreender o não dito pela fonte, de enxergar aquilo que está oculto, ou, como afirmou Lara (2008), é preciso alargar a fonte com a capacidade de conjecturar do historiador.

A respeito da educação secundária, o requerimento de João Mendes Sanches Salgueiro, que, em 19 de outubro de 1784, solicitava à rainha, D. Maria I, o pagamento

¹Não quero aqui entrar em confronto, nem tampouco desmerecer as pesquisas e contribuições desses dois grandes pesquisadores historiadores da educação alagoana. Tenho consciência que Costa (1931) e Verçosa (2006) deram-nos a conhecer a História da Educação Alagoana a partir daquilo que as condições e fontes lhes ofereciam e do que era possível ter acesso à época de suas pesquisas.

² Imposto criado pelo governo português, após a publicação do Alvará de 1772, para o financiamento da Instrução no Reino e no Ultramar. Para o caso da América portuguesa e da África, a cada 460 gramas (1 arretel – medida de massa/peso – ou 1 libra) de carne verde cortada nos açougues, deveria ser pago 1 real; e a cada dois litros de aguardente da terra (1canada), pagos 10 réis, para fins do Subsídio (SILVA, 2007).

³Reses estão relacionadas às quantidades de cabeças de gado ou outro animal de corte; e canada diz respeito aos dois litros de aguardente da terra.

adiantado do seu ordenado anual de 300 mil réis, por motivo de sua nomeação ao cargo de professor de Gramática Latina da Vila das Alagoas. Segundo ele, serviria para pagar o seu transporte e, para isso, dava fiança, nomeando por fiador Manuel Francisco Torres, natural de Lisboa e assistente em Arroios⁴.

Natural da Vila de Amieira, em Portugal, Salgueiro é o primeiro nome de professor público localizado até agora nas Alagoas. Ainda sobre o professor, vale salientar que, após acusação de D. Luiza Botelho, foi processado pelo Santo Ofício, em 31 de agosto de 1796. Sobre ele recaía a acusação de fazer proposições heréticas, pois, na casa da Condessa de São Miguel, D. Anna, onde ele se hospedava, “[...] mostrava desprezo das imagens de Nossa Senhora, dizia que não havia Inferno; fazendo zombaria dos actos da Religião [...]”⁵. Conforme Fonseca (2009, p. 98):

[...] Vários de seus ex-alunos foram interrogados, dizendo que o professor comia carne em dias proibidos, que condenava as reverências às imagens sagradas, que faltava com o respeito ao Santíssimo Sacramento, e que desaparecera da Vila supostamente por ter cometido um homicídio. O comissário encarregado chegou, afinal, à conclusão de que não procediam as acusações, embora reconhecesse que o professor não levava uma vida exemplar, sobretudo quanto à prática da religião. O maior prejuízo seria o mau exemplo que ele dava aos seus discípulos, quando deveria, por suas atribuições profissionais, estimular a difusão da doutrina no processo de formação do súdito cristão.

Observa-se que a conduta do professor não condizia com o padrão estabelecido à época, principalmente no que diz respeito à obediência, à moral e à doutrina católica, haja vista ser considerado pouco respeitoso com as coisas da religião. O fato de ser professor agravava ainda mais a situação, uma vez que Salgueiro estaria disseminando a inobservância das leis e das práticas da fé e da religião, bem como porque a formação moral dos alunos dependia do bom exemplo que o professor deveria propagar, o que seu comportamento pouco adequado não permitia.

Observa-se, portanto, que o ensino da gramática latina consistia em uma educação moral. A tradução dos clássicos latinos, a exemplo de Cornélio, Ovídio, Horácio, Virgílio, Tito Lívio, Phedro, Cícero, dentre outros, visava exaltar virtudes como a prudência, a justiça, a coragem, a moderação, a honestidade, a abnegação etc (CHERVEL E COMPÈRE, 1999). Além disso, o aprendizado do latim conferia “[...] uma marca indelével de pertencer à elite,

⁴BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto *Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 3, D. 231.

⁵ ANTT/Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa. Processo de João Mendes Sanches Salgueiro. 1792.

sendo um signo de reconhecimento, senão pelo desempenho ou gosto pelas línguas antigas, pelo menos por uma certa familiaridade com frases ou citações latinas [...]” (Id., p. 152).

Outro professor que figurou na aula de Gramática Latina da Vila das Alagoas, no final do setecentos, foi José Fernandes Gama. Ele, que posteriormente foi transferido para a cadeira de Olinda e depois para a do bairro Boa Vista, em Recife, envolveu-se junto com o professor José Leitão de Almeida em uma grande querela com o Bispo de Olinda e Diretor Geral de Estudos, D. José da Cunha Azeredo Coutinho. Dentre outras acusações, os professores denunciavam desvio do Subsídio Literário por parte do prelado⁶.

Em resposta às acusações e procurando provas para incriminar o professor, Coutinho inculpa Gama afirmando que, quando professor na Vila das Alagoas deu provas de desprezo para com a religião praticando imoralidades, “[...] dificultando o acesso de seus alunos aos eventos religiosos que ocorriam na vila durante os horários de suas aulas [...]” (SILVA, 2007, p. 151-152), conforme atestou o Vigário Geral Forâneo das Alagoas, padre Agostinho Rabelo de Almeida, que era Comissário do Santo Ofício nas Alagoas. Além desta, pesava sobre o professor as denúncias de ter traduzido a *Arte de amar*, de Ovídio, bem como o assédio, sedução, rapto e abandono da jovem D. Benta Maria da Conceição, entre os anos de 1796 e 1797. Segundo Silva (2007, p. 152):

O pai da menina tratou de enclausura-la no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Olinda, para livrá-la do assédio do professor. A clausura não pôde contê-lo porque ele arranhou um jeito de continuar a se comunicar, por cartas com a moça, até conseguir fugir com ela e ir para o Recife. Naqueles tempos que corriam, ele já havia feito filhos com ela, já a tinha prostituído e abandonado e já estava com uma outra.

Gama continuou a exercer o magistério e passou a receber uma pensão de duzentos mil réis anuais paga com os valores do Subsídio Literário. Posteriormente, viajou para Lisboa, onde atuou como procurador de uma série de “[...] pessoas importantes [...]” da Capitania de Pernambuco (SILVA, 2007, p. 153).

Insere-se aqui um paradoxo entre os preceitos e a orientação religiosa do mundo luso-brasileiro, fortemente marcado pela influência da Igreja Católica e a tentativa de uma renovação a partir dos ideais do Iluminismo. Desta feita, no cotidiano, os professores deveriam ser para seus discípulos o exemplo de uma determinada conduta moral, civil e religiosa, antes que mestres de uma determinada cadeira.

⁶BRASIL. MINC. Pernambuco. *Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 213,D.14457.

Por outro lado, é importante salientar que ao mesmo tempo em que o ambiente escolar era um espaço disciplinador, de formação moral, apropriação de valores princípios e normas, era também lugar de transgressão, rupturas e indisciplinas, que, em geral, eram concretizadas fora da sala de aula (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012).

As situações de conflitos e embates ocorridas entre o professor Gama e o bispo Coutinho não podem ser entendidas como simples contendas, mas como tensões advindas das relações de poder entre os indivíduos. Há evidentemente uma rivalidade travada entre ambos, que disputavam espaço de poder e prestígio.

Destaco ainda que aparentemente as disputas e tensões manifestas e as hostilidades abertas entre os indivíduos parecem ser produtos de situações particulares. No entanto, faziam parte de um jogo de competições para aumentar seus prestígio e poder social. Ao elaborar uma “teoria geral da gênese das instituições”, Elias (2006) entende que esses confrontos entre seres humanos que desempenham funções sociais importantes não são lutas individuais, mas de grupos. Para o autor (2006, p. 70), “[...] um conflito entre dois seres humanos, por mais que possa ser algo único e pessoal, pode ser ao mesmo tempo representativo de uma luta entre diversos estratos sociais, remontado a várias gerações”. Assim, os conflitos aqui elencados não podem ser vistos como atritos casuais, individuais, ainda que, na melhor das hipóteses, esses indivíduos não tivessem consciência disso.

Pelo Ofício da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, de 1799, bem como pelo ofício do Bispo de Pernambuco, D. José da Cunha Azeredo Coutinho, na Junta Governativa da Capitania de Pernambuco, de 27 de setembro de 1800, é possível identificar que a Comarca das Alagoas possuía, no ano de 1795, duas de Gramática Latina.

Uma cadeira em Alagoas, pertencente a José Pereira Rodrigues de Alcântara; e outra em Penedo: do catedrático padre Gabriel José Pereira de Sampaio. Eles recebiam da seguinte forma: 300\$000 réis anuais o das Alagoas, além de uma gratificação de 350\$000 réis; e 240\$000 réis por ano o de Penedo⁷.

Ressalto que o padre Gabriel José Pereira de Sampaio, além de professor de Latinidade da Vila do Penedo, desde 1792, foi um dos últimos funcionários inquisitoriais a atuar na Comarca das Alagoas. Natural da Bahia, o sacerdote recebeu a comenda de Comissário do Santo Ofício, em 1808, tornando-se apto a proteger a sociedade contra os desvios da fé católica (DEBATES DE HISTÓRIA REGIONAL, 1992). Conforme Machado

⁷BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 207, D. 14154; BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 219, D. 14849.

(2016), padre Gabriel era membro dos quadros mais respeitáveis da Irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, da Ordem Terceira e da Irmandade do Santíssimo Sacramento. E mesmo antes de receber sua habilitação como Comissário do Santo Ofício, o padre denunciou, em 1793, Manoel Gomes Ribeiro e José Gomes Ribeiro, recifenses, irmãos, comerciantes e Familiares do Santo Ofício, de viver cada um em concubinato. A denúncia do padre foi sobre o “[...] o horrível exemplo, déq na Rua mais publica desta V^a [Vila], e junto aos Paços da Camara, em ‘q pus Classe vivem escandalozissimam^{et} dous miseraveis homens concubinados publicam^e de sorte, ‘q me faz horror prezenciarem os meus alunos”⁸.

Em 1807, o padre Gabriel Sampaio solicitou ainda à realeza portuguesa, à mercê do hábito da Ordem de Cristo, honraria nobilitante da ordem religioso-militar portuguesa sob o controle da Coroa desde finais do século XV. Além disso, suplicava o dobro do ordenado de professor régio de Latinidade e a sucessão ao pároco da Vila do Penedo, António José de Matos, tudo em remuneração dos seus serviços e ao donativo que fez à Fazenda Real como juiz da Irmandade de São Gonçalo Garcia⁹.

No caso acima evidenciado, fica subtendido que o suplicante conhecia bem a dinâmica economia de mercês da Coroa Portuguesa, a qual, para recompensar os serviços dos seus súditos, concedia-lhes várias benesses e privilégios, acompanhados de significativos rendimentos monetários¹⁰. Nas solicitações do professor fica demonstrada a busca por poder e prestígio social, econômico, político e religioso.

Considerações finais

Perscrutando a história da educação nas Alagoas, esse texto ofereceu uma narrativa acerca do ensino de Latim nas Alagoas. Tal escrita, mais especificamente, ressaltou os sujeitos envolvidos, seus embates e os saberes disseminados. Síntese da educação secundária, a cadeira de latim extrapolava o ensino de uma gramática e visava uma educação estética, retórica e eloquente, além de moral e cívica, notadamente, a partir da literatura latina e do estudo de autores clássicos. Seja nos Conventos ou nas aulas régias ou mesmo nos Liceus e Colégios, que surgiram posteriormente, a gramática latina gozava de maior

⁸ ANTT/Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa. Cx. 1643, documentação dispersa 1620-04-22/1820-09-12. Processo 17462. Denúncia contra José Gomes Ribeiro e contra Manuel Gomes Ribeiro, 1793.

⁹ BRASIL. MINC. Alagoas. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 6, D. 465.

¹⁰ A respeito dessa temática conferir: OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

prestígio que as demais aulas, seja em relação ao número de cadeiras, de horas dadas por semana ou de alunos matriculados.

Como foi evidenciado, as primeiras notas da oferta de educação nas Alagoas dão conta das aulas de Gramática Latina ministradas nos conventos franciscanos da Vila das Alagoas, sede da Comarca e na Vila do Penedo, no início do século XVIII. O surgimento de uma educação custeada pela coroa portuguesa ou ofertada por não religiosos na região deu-se no último quartel do Dezoito.

Essas informações elucidam que, desde pelo menos 1777, já havia gastos com educação nas Alagoas, fato que possibilita a afirmação da existência de uma educação pública, ministrada em aulas avulsas, desde aqueles idos. Outro dado importante diz respeito ao nome e atuação do professor de Gramática Latina, João Mendes Sanches Salgueiro, primeiro nome de professor público das Alagoas encontrado até então.

A localização e o trato com fontes primárias, até então desconhecidas no âmbito da historiografia da educação alagoana trouxe à tona informações, fatos e dados que oferecem uma nova interpretação para o que pode ser considerada a gênese de uma educação pública nas Alagoas, ou pelo menos de uma educação não dirigida por religiosos, como prefiro designar.

Quanto aos saberes disseminados, observou-se que o seu ensino era pautado pela chamada “cultura literária”, em que havia do ponto de vista social, um valor prático, na formação moral e retórico-linguística daqueles meninos, que, dentre outras coisas, deveriam apropriar-se de padrões de equilíbrio, racionalidade e disciplina, qualidades importantes para o exercício das funções de liderança e mando na Comarca e futura Província das Alagoas.

O docente, por seu, turno, deveria ser não apenas uma pessoa com capacidade intelectual para ministrar a disciplina, mas, sobretudo, alguém que fosse exemplo de uma conduta moral ilibada e com bom trânsito entre os dirigentes da sociedade, notadamente os religiosos. Desta feita, os requisitos de bom procedimento civil, moral e religioso tinham a primazia na seleção e manutenção dos professores.

Formar as elites locais para ocupar os cargos do estado que aos poucos se desenhava, a partir de um determinado padrão de civilização, baseado nas leis, na moral e na religião e imprimir nos alunos os padrões de comportamento, mediante o controle dos afetos e pulsões era o intuito daquelas aulas. Os quadros deveriam ser ocupados por pessoas que demonstrassem uma sólida formação humanística e profunda erudição, além de idoneidade moral.

REFERÊNCIAS

ANTT/Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa. Processo de João Mendes Sanches Salgueiro. 1792.

ANTT/Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa. Cx. 1643, documentação dispersa 1620-04-22/1820-09-12. Processo 17462. Denúncia contra José Gomes Ribeiro e contra Manuel Gomes Ribeiro, 1793.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. In: **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012.

BRASIL. MINC. Pernambuco. **Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 3, D. 231.

BRASIL. MINC. Alagoas. **Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 6, D. 465.

BRASIL. MINC. Pernambuco. **Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 207, D. 14154.

BRASIL. MINC. Pernambuco. **Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 219, D. 14849.

CAROATÁ, José Próspero Jeová da Silva. Crônica do Penedo. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas**, 1873.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez. 1999.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas**. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Imprensa Oficial: Maceió, 1931.

DEBATES DE HISTÓRIA REGIONAL. Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, nº 01, 1992.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, 176 p.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. **Novo orbe serafico brasilico ou Chronica dos frades Menores da provincia do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. brasiliense de M. Gomes Ribeiro, 1980.

MACHADO, Alex Rolim. Viver a vida e fiscalizar a dos outros: os agentes da inquisição nas câmaras, confrarias e milícias em Alagoas colonial, 1790-1820. In: **Questionis Documenta**. Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Ano I, Nº 1, 2016, p. 21-45.

LARA, Sílvia H. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol.15, n.28, p.17-39, dez./2008.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

QUEIROZ, Álvaro. **Notas de história da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SANTOS, Mônica Costa. **Missionários de letras e virtudes: a pedagogia moral dos franciscanos em Alagoas nos séculos XVIII e XIX**. UFAL: Maceió, 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2007.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.